

A AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO URUGUAI, RS:
MERCANTILIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO NO
MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS¹

Marcelo Antonio Conterato²

Sergio Schneider³

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a mercantilização da agricultura familiar e suas estratégias de reprodução no Alto Uruguai, RS. Embora o estudo abranja o território do Alto Uruguai, os dados foram coletados no Município de Três Palmeiras, onde se procura valorizar os processos sociais que envolvem a trajetória histórica de uma forma de trabalho e produção que cada vez mais se insere nos circuitos mercantis e, por isso, passa a ter a sua reprodução cada vez mais mercantilizada. A mercantilização é entendida como um processo de externalização das relações de produção, em que o agricultor se torna dependente das relações com os ambientes social e econômico, seja para comprar insumos e produtos, seja para vender a produção após um ano de trabalho. No Alto Uruguai, esse processo de mercantilização tem levado os agricultores familiares a estabelecer relações sociais e econômicas que privilegiam a especialização produtiva, a concentração dos meios de produção e a individualização do processo produtivo. Dessa maneira, acabam reforçando um padrão agrícola de produção que, historicamente, tem se demonstrado concentrador e excludente, o que acentua os processos de diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares.

Termos para indexação: transformações da agricultura, desenvolvimento agrícola, diferenciação social e econômica.

¹ Este trabalho é resultado da dissertação de mestrado do primeiro autor, orientada pelo segundo autor. O trabalho foi desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no período de 2002-2004.

² Licenciado em Geografia (UFSM), Mestre em Desenvolvimento Rural, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias, da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Campus Universitário, s/n, Caixa Postal 354, CEP 96010-900 Pelotas, RS. marcelo.conterato@ufpel.edu.br

³ Sociólogo, Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Av. João Pessoa, 31, Centro, CEP 90040-000 Porto Alegre, RS. schneide@ufrgs.br

A. C. Marcelo e S. Schneider

THE FARM FAMILY FROM ALTO URUGUAI, RS: COMMODITIZATION AND
REPRODUCTION STRATEGIES IN THE MUNICIPALITY OF TRÊS PALMEIRAS

ABSTRACT

This study intends to analyze the mercantilization of family farming and its reproduction strategies in Alto Uruguai, RS. Even though the study includes Alto Uruguai territory, the data have been collected in the Municipality of Três Palmeiras, where the valorization of social processes and historic paths of agricultural work and production increasingly leads family farmers into mercantile circuits. As a consequence, their production becomes increasingly mercantiled. Mercantilization is seen as a process of externalization of the production relations, in which the farmer becomes dependant on the relations with social and economic environments, be it to buy supplies or goods. In Alto Uruguai, this process of mercantilization has taken family farmers to establish social and economic relations which privilege productive specialization, concentration of the factors of production and the individualization of the productive process. Thus, they end up reinforcing an agricultural production pattern which, historically, has proved to be concentrating and excludant, which accentuates processes of social and economic differentiation among family farmers.

Index terms: transformation of agriculture, agricultural development, economic differentiation, social differentiation.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar os aspectos sociais e econômicos da agricultura familiar de uma das mais importantes regiões agrícolas gaúchas, o Alto Uruguai. O desenvolvimento e as transformações da agricultura no Alto Uruguai sempre estiveram vinculados aos processos mais amplos de mercantilização da agricultura e modernização da sua base tecnológica, ainda que com intensidades variadas entre os agricultores, haja vista aspectos como qualidade dos solos, relevo, tamanho das propriedades e sistemas de cultivo. Pretende-se, com base em dados primários e secundários, demonstrar e problematizar a realidade social e econômica da agricultura familiar de uma região do Estado do Rio Grande do Sul, que historicamente assenta as bases do seu desenvolvimento no dinamismo dessa forma social de organização do trabalho e da produção.

Nessa região, uma das mais deprimidas da geografia econômica gaúcha, como demonstram os trabalhos de Schneider e Waquil (2001) e Kageyama (2005), ao longo dos anos se desenvolve um processo de mercantilização da agricultura que não pode ser desconsiderado, seja do ponto de vista social, econômico ou técnico-produtivo. O que passa a ocorrer na região a partir da década de 1970, intensificando-se nas décadas seguintes, é o privilégio dos monocultivos em detrimento dos policultivos. Tal prática determina uma mercantilização que vai além das atividades produtivas e chega ao grupo doméstico, em que certos produtos indispensáveis ao consumo familiar, como a mandioca, a batata e os produtos da horta e pomar, cedem lugar a uma produção voltada aos mercados, como a soja e o trigo.

A realidade dessa forma de agricultura no Alto Uruguai é reveladora da intensidade das transformações por que passou ao longo de sua trajetória. Perceber as mudanças e identificar as suas razões, bem como implicações, conduzem à opção de determinada perspectiva teórico-metodológica. Nesse sentido, persegue-se a hipótese de que um dos principais traços da agricultura familiar na região é uma intensa inserção mercantil que, por características que lhes são próprias, fortaleceu a diferenciação entre os agricultores, tanto social e econômica como técnico-produtivo.

Para dar conta do objetivo, a investigação empírica deu-se por meio da aplicação de 59 questionários semiestruturados junto aos agricultores familiares de um município representativo, a partir de critérios como colonização, sistemas de cultivo, representatividade e importância da agricultura familiar no dinamismo regional. A partir desses e de outros critérios, elegeram-se, não aleatoriamente, o Município de Três Palmeiras. O método de amostragem utilizado neste trabalho foi a *amostragem probabilística sistemática* por comunidade/localidade, considerada como pesquisa amostral probabilística. Definiu-se que a amostragem ficasse próxima de 10% a 15% do universo total de estabelecimentos que, segundo o escritório municipal da Emater e a Secretaria Municipal de Agricultura, era, no ano de 2002, de 580. Os dados primários referem-se ao ano agrícola 2001-2002 e foram produzidos nos softwares SPSS (Statistical Package for Social Sciences) e Excel. Além dos dados primários, utilizaram-se dados disponibilizados por diversas fontes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio dos censos demográficos e agropecuários, e a Fundação de Economia e Estatística (FEE).

O trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira parte, desenvolvem-se aspectos ligados à localização geográfica e outras informações da região do estudo, como aspectos físicos e demográficos. Na segunda parte, apresentam-se as fases de desenvolvimento da agricultura do Alto Uruguai como uma espécie de introdução às análises de sua trajetória e transformações. Na terceira parte, apresenta-se o marco teórico que norteia este estudo. A quarta parte dedica-se à análise de alguns aspectos relacionados às transformações da agricultura no contexto da modernização de sua base tecnológica para, na parte seguinte, apresentar um conjunto de dados primários sobre a dinâmica atual da agricultura familiar, enfatizando a sua mercantilização da diferenciação social e econômica.

ASPECTOS FÍSICOS E SOCIODEMOGRÁFICOS DA REGIÃO DE ESTUDO

Situado geograficamente no norte do Estado do Rio Grande do Sul, o Alto Uruguai (Figura 1) possui, quanto ao seu relevo, superfícies irregulares e cotas altimétricas que variam entre 400 m a 800 m (PIRAN, 2001). No entanto, poucas são as áreas onde as cotas altimétricas ultrapassam os 600 m, predominando cotas entre 400 m e 600 m, conforme aponta trabalho de Pebayle (1974). As condições de relevo não permitem uma mecanização plena da superfície agrícola, o que é possível apenas nas propriedades localizadas nas áreas mais planas. Nessas áreas, particularmente por conta da incorporação de adubação química, cobertura verde e, mais recentemente, semeadura direta, sem a necessidade de revolver os solos, estes apresentam melhores qualidades agronômicas, tornando-se intensamente utilizados para plantio de grãos (soja, milho e trigo).

Em relação à cobertura vegetal do Alto Uruguai, Piran (2001) aponta que esta apresenta dois traços distintos: ao norte, o predomínio da floresta subtropical entremeada pela araucária, e, ao sul, uma vegetação campestre, às vezes recortada pela penetração da floresta subtropical. De acordo com Rückert et al (1999), a formação vegetal original da floresta subtropical no Alto Uruguai caracterizava-se pela existência de espécies como alecrim-de-campina (*Holocalyx glaziovii*), cedro (*Cedrela fissilis*), louro-pardo (*Cordia trichotoma*), o pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), entre outras. Por conta de um

conjunto de fatores (a extração da madeira por parte dos colonos para venda ou uso para construção de casas, galpões e outras benfeitorias; a exploração pelas madeiras de vastas áreas; e o avanço sobre cobertura florestal para introdução de culturas como o milho e a soja), esse tipo de vegetação encontra-se bastante devastada, se comparada ao início do processo de colonização (primeiras décadas do século XX), sendo a floresta ciliar a formação mais encontrada atualmente. Por isso, nos capões é comum a presença do timbó (*Ateleia glazioviana*), e nas matas de galeria geralmente se encontram resquícios da floresta nativa. A extração e o comércio da madeira – seja pela necessidade ou abundância – foram, certamente, uma das primeiras formas de inserção dos agricultores nos circuitos mercantis, ainda que muitas vezes dificultada pela precariedade dos meios de comunicação.

Parte importante da região do Alto Uruguai está inserida na microrregião de Frederico Westphalen, a qual, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2000, conta com uma população total de 184.762 habitantes, sendo a maior proporção, 54,7%, rural, e 45,3% urbana. Usando outro recorte espacial, a Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado do Rio Grande do Sul indica que o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Médio Alto Uruguai contava, em 2004, com uma densidade demográfica de 32,9 hab./km². A taxa de analfabetismo, em 2000, era de 12,7% e a expectativa de vida, ao nascer, de 71,25 anos⁴. A região do Alto Uruguai pode ser considerada uma das mais deprimidas zonas da geografia econômica gaúcha⁵. Essa informação é confirmada pela divulgação de dados recentes sobre o desenvolvimento regional gaúcho. Com base em dados socioeconômicos de 2002, o Corede Médio Alto Uruguai ocupou a última posição frente aos demais 23 Coredes. Os piores indicadores dessa região são, segundo esse estudo, em relação à renda, saneamento e educação, apresentando uma posição menos problemática em termos de indicadores de saúde.

⁴ Esses dados foram obtidos no site www.fee.tche.br, em 6 de junho de 2005. Os Coredes são as regiões de planejamento e desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, num total de 24. O Corede Médio Alto Uruguai é composto por 28 municípios. Na sua grande maioria, são os mesmos municípios da microrregião de Frederico Westphalen, denominada pelo IBGE.

⁵ A esse respeito ver, por exemplo, os trabalhos de Conterato (2004), Gazolla (2004), Kageyama (2005) e Schneider e Waquil (2001). Dados importantes também são disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), do Estado do Rio Grande do Sul. Em estudo realizado em 2003, com base em indicadores socioeconômicos dos Coredes de 2001 (por meio de um Índice de Desenvolvimento Econômico – Idese), a FEE indicou que o Corede Médio Alto Uruguai apresenta o menor índice de desenvolvimento entre os demais Coredes.

Já o Município de Três Palmeiras, onde foram coletados os dados primários aqui apresentados, possui uma superfície territorial de 175,5 Km², fazendo divisa, ao norte, com o Município de Trindade do Sul, ao sul, com Ronda Alta, a leste, com Campinas do Sul, e, a oeste, com Engenho Velho, Constantina e Liberato Salzano. De acordo com o IBGE (2000), o Município de Três Palmeiras possui uma população total de 4.615 habitantes, sendo 62,8% rural e 37,18% urbana, e contando com uma densidade populacional de 24 hab./Km².

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, 0,767, e o da região, 0,750, estão abaixo do atribuído ao Estado do Rio Grande do Sul, que é de 0,814. Conforme o Censo Demográfico (IBGE, 2000), o percentual de analfabetos no meio rural é alto, representando 29,7% da população rural no município, e 28,7% para a região como um todo. São indicadores que, tomados em conjunto com outros, conforme será apresentado no decorrer deste trabalho, demonstram a fragilidade de um modelo de desenvolvimento regional baseado na especialização dos cultivos. Tal modelo teve relativo êxito em relação a índices de produtividade, mas com resultados duvidosos do ponto de vista social e econômico.

No que tange aos aspectos de ocupação e povoamento, o Alto Uruguai caracteriza-se por ser uma região de colonização recente, onde se estabeleceram as chamadas “Colônias Novas”⁶, a partir das primeiras décadas do século XX. A demarcação das novas propriedades por companhias de colonização particulares e por iniciativas governamentais acelerou e estimulou a chegada das populações descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, entre outros. Antes da chegada dos “brancos”, as florestas eram ocupadas por indígenas, principalmente da etnia Kaingang, mas havia também a presença de descendentes de escravos e mestiços, conhecidos como “caboclos”. De acordo com Pebayle (1974), há municípios do Alto Uruguai que apresentam colonização predominantemente alemã, outros italiana, outros polonesa, e outros luso-brasileira, além de municípios de colonização mista. Na região

⁶ Colônias Novas em relação às Colônias Velhas gaúchas, ou seja, as primeiras regiões de colonização, como São Leopoldo, 1824, e Caxias do Sul, 1874. Valverde (1985) afirma que a formação da colônia Caxias do Sul foi para a colonização italiana neste estado o mesmo que a colônia São Leopoldo foi para a colonização alemã: a célula-mater de onde se expandiu o povoamento e, até hoje, o principal centro econômico e cultural de referência de cada colônia ou centro de imigrantes.

de Frederico Westphalen, predomina a colonização de origem italiana. Em direção às Missões, predomina a de origem alemã, e, em direção à Erechim,



Figura 1. Localização do Alto Uruguai e do Município de Três Palmeiras no Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Pesquisa AFDLP (SCHNEIDER; SACCO DOS ANJOS, 2003).

são predominantes tanto a colonização de origem italiana como a de origem polonesa (PEBAYLE, 1974, p. 334).

No Alto Uruguai, a chegada dos colonizadores provocou a apropriação das terras dos indígenas, resultando em seu aldeamento nas reservas, chamadas “toldos”. De acordo com Carini (2005), esse processo foi conflituoso desde o princípio, e ainda que resultasse no domínio dos brancos por muitas décadas, nos dias atuais as disputas recrudescem por conta da retomada das terras colonizadas pelos indígenas que estavam confinados em suas reservas, mediante a expulsão e desapropriação dos colonos que as ocuparam durante o processo de avanço da fronteira agrícola, principalmente em meados do século XX⁷.

ORIGENS E METAMORFOSES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO URUGUAI

Os pequenos proprietários de terras que atualmente são denominados agricultores familiares no Alto Uruguai possuem trajetória que historicamente os vincula à ocupação, uso e posse da terra. Ainda que a designação “colonos”⁸ seja hoje a que predomina no senso comum, pois se trata de alcunha recebida por conta dos processos mais amplos de colonização do norte do Estado do Rio Grande do Sul por agricultores que migravam dos núcleos de colonização mais antigos deste estado ou mesmo de algumas regiões da Europa, o conjunto de transformações da agricultura nessa região do estado imprimiu a necessidade de denominá-los agricultores familiares⁹. Isso decorre do reconhecimento de que esses agricultores (ou colonos) sempre estabeleceram vínculos mercantis.

⁷ O trabalho de Nascimento (2001) também demonstra como se estabeleceu o conflito pela posse das terras entre indígenas e colonizadores na região deste estado. Desse conflito, resultou um processo que poderia ser chamado de territorialização-desterritorialização-reterritorialização dos grupos Kaingang e mesmo dos colonos no norte do estado. Tanto o trabalho de Nascimento (2001) como de Carini (2005) referem-se especificamente ao conflito estabelecido entre colonos e indígenas para posse e uso das terras pertencentes ao Toldo da Serrinha, que abrange parte dos municípios de Três Palmeiras, Ronda Alta, Constantina e Engenho Velho.

⁸ Essa denominação é utilizada por autores que investigaram os processos de formação da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e as transformações ao longo de sua trajetória espacial e temporal. Dentre os autores, pode-se destacar Waibel (1949), Roche (1969), Pebayle (1974) e Schneider (1994).

⁹ Não faremos aqui uma exposição teórica sobre campesinato e agricultura familiar. Esse debate pode ser encontrado em autores como Abramovay (1992), Wanderley (1999) e Schneider (2003).

Evidente que esses vínculos foram se modificando e se intensificando ao longo do tempo. Se, inicialmente, os agricultores acessavam os mercados para comercializar madeira, produtos da “roça” e adquirir alguns poucos produtos indispensáveis à sobrevivência, atualmente se estabelecem vínculos mercantis que extrapolam as atividades estritamente produtivas das unidades de produção, alcançando outras esferas da vida social e econômica da família. A trajetória da agricultura dessa região do Estado do Rio Grande do Sul é marcada pela crescente mercantilização da vida social e econômica das famílias, a qual transformou uma agricultura colonial em uma agricultura familiar mercantilizada.

O avanço da fronteira de ocupação e produção deu-se com mais fôlego a partir das décadas iniciais do século XX, quando começaram a se observar dificuldades no âmbito das famílias de aportarem novas áreas de terras para um número crescente de filhos em suas regiões de origem. Em contrapartida, o êxito no processo de ocupação de novas áreas decorria da existência de solos férteis, madeira e abundância de terras, situação que se inverteria em não mais do que 40 ou 50 anos a partir dos anos iniciais de instalação junto aos lotes de terra. A partir de meados do século XX, a agricultura dessa região passa por profundas transformações de ordem técnico-produtivas, as quais foram determinantes para a sua inserção em mercados cada vez mais competitivos, como o do trigo, do milho, da soja e, mais recentemente, do leite. Não se pode desconsiderar que a criação de porcos para produção de banha vai cedendo lugar à suinocultura, impondo aos agricultores mudanças importantes dos sistemas de cultivo e criações. O que antes era uma atividade própria da imensa maioria dos agricultores passa a ser desenvolvida por um número cada vez menor de agricultores, o que contribui para o avanço de culturas tipicamente comerciais, como foi o caso da soja.

A breve periodização apresentada a seguir tem o propósito de contribuir para o entendimento da formação e das transformações da agricultura familiar, orientadas pela crescente inserção mercantil dos agricultores. O principal objetivo é demonstrar que no princípio, quando os agricultores foram assentados, eles operavam com base em um sistema produtivo que lhes garantia uma reprodução social, podendo ser chamada de semiautônoma. Com o passar do tempo, a partir da década de 1950 e principalmente da década de 1970, as transformações de ordem técnico-produtivas e socioeconômicas vão se traduzir em

uma redução considerável da autonomia das famílias rurais. A reprodução social torna-se cada vez mais subordinada e dependente dos vínculos mercantis, produzindo-se também uma diferenciação social e produtiva entre os agricultores familiares. É importante destacar que, no período anterior ao processo de modernização da agricultura, também se desenvolvia uma agricultura diversificada com orientação para os mercados, porém com outros produtos.

Primeira fase: ocupação do território e instalação das primeiras atividades produtivas (1900-1935)

Essa primeira fase da trajetória da agricultura familiar no Alto Uruguai inicia-se por meio da chegada do agricultor e sua família, que se instalam em lotes obtidos por compra junto às empresas particulares de colonização ou junto ao governo da época. Essa condição impôs aos colonos a necessidade do pagamento das terras, feito por meio da prestação de serviços na abertura e conserto de estradas, por exemplo. A demarcação dos lotes, que invariavelmente não ultrapassavam a dimensão de uma “colônia” (perto de 24 hectares), era feita a partir dos limites naturais, como os rios, estendendo-se em linha reta até as áreas mais altas, os divisores de água, encontrando-se com os limites de outro lote.

Conforme Rückert et al. (1999), em algumas regiões do Alto Uruguai, como nos municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta, a partir de 1920 a dimensão dos lotes vendidos aos colonos não ultrapassava 15 hectares, o que se apresentaria como um importante limite econômico-produtivo em virtude dos sistemas de cultivo instalados. Por causa da hostilidade oferecida pelo ambiente natural, a primeira coisa a fazer era derrubar a mata, construir as primeiras instalações e desenvolver os primeiros cultivos, satisfazendo as necessidades dos membros da família. Os agricultores traziam consigo alguns animais, como vacas, suínos e cavalos para transporte, sementes de milho, batata e abóbora, bem como os instrumentos necessários para estabelecer as práticas produtivas.

Nessa fase, o sistema produtivo instalado pelos colonos pode ser descrito como o *sistema de rotação de terras primitivas*, conforme definido por Waibel (1949). Era baseado na derrubada e queima da floresta, servindo para a produção de milho, feijão-preto e mandioca, em que o agricultor utilizava ferramentas como cavadeira, machado, foice e enxada. O excedente produtivo

era utilizado na criação de porcos, com venda dos animais vivos ou em forma de banha, trocando-os por produtos de primeira necessidade não produzidos na propriedade, como sal, açúcar, café, etc.

Segunda fase: período de transição: o início da especialização produtiva e o aprofundamento das relações mercantis (1935-1965)

A partir da década de 1930, a agricultura familiar do Alto Uruguai já se caracterizava pelo estabelecimento de um processo de aprofundamento e diferenciação em relação ao período anterior, o que, no entanto, não resultou em grandes alterações no sistema de corte e queimada com comercialização de parte da produção agrícola. Essa fase pode ser entendida como aquela em que a especialização produtiva tornou-se uma prática corrente entre os agricultores, basicamente no caso da produção de milho, que serviria de alimento para a criação de suínos, agora com o propósito da comercialização acentuada. Houve também a ampliação das áreas cultivadas nas propriedades em razão da necessidade de comercialização de volumes maiores de produção, bem como do aprofundamento das relações mercantis. Nessa fase inicial já se evidenciava a expulsão demográfica do excedente populacional, fazendo avançar a fronteira agrícola nesse momento para outros estados, como Santa Catarina e Paraná.

A fase é marcada pelo desenvolvimento do *sistema de rotação de terras melhoradas*. Com o aumento da produtividade, multiplicam-se as casas de comércio compradoras da produção originária das pequenas propriedades rurais que, além da subsistência, incrementam a produção destinada ao comércio. Consolida-se a criação de suínos como um dos primeiros traços da especialização produtiva que irá se aprofundar nas décadas seguintes, mas com base em outras atividades.

É importante destacar que nessa fase se consolidam importantes mercados consumidores de produtos regionais, como os de São Paulo, que absorvem parte importante da produção de banha e outros derivados de suínos. A melhoria nos sistemas de transporte e canais de comercialização passa a ser fundamental para a consolidação de uma agricultura de base familiar, que se orienta crescentemente pelos circuitos mercantis para fortalecer suas estratégias de reprodução social. Da mesma forma, cristalizam-se as situações de diferenciação social e produtiva entre os agricultores, também em virtude das

condições de acessibilidade aos novos canais de comercialização que se apresentam. Ao final dessa fase, ocorre o surgimento das primeiras cooperativas de produção no Alto Uruguai, criando canais de comercialização importantes e consolidando o padrão agrícola de desenvolvimento nessa região.

Conforme indica Pebayle (1974), a partir da década de 1950 multiplicaram-se as cooperativas agrícolas no Alto Uruguai, principalmente nos arredores de Erechim, Frederico Westphalen e Santa Rosa, já na região das Missões. As cooperativas nasceram com o propósito de servir, adquirir, beneficiar e comercializar a crescente produção agrícola da região. As cooperativas constituíram-se num importante canal de ligação entre os agricultores e os consumidores. As tradicionais casas de comércio, que subordinavam os agricultores pagando-lhes preços baixos pelos seus produtos e vendendo-lhes a preços exorbitantes os produtos de primeira necessidade, perdem espaço para o sistema cooperativo, que atrai boa parte dos agricultores para seu quadro social. O sistema cooperativo constituiu-se em um canal alternativo para a comercialização da produção agrícola. Mais tarde, as cooperativas foram as principais incentivadoras junto aos agricultores para a adoção de novas tecnologias, não se restringindo à aquisição da produção.

Terceira fase: a modernização da base técnico-produtiva e a “sojicização” da agricultura (1965-1990)

A partir da década de 1960, para fazer frente ao processo de fracionamento das propriedades, ao esgotamento da fertilidade dos solos e ao fechamento da fronteira agrícola estadual, entre outros aspectos, a agricultura da região buscou na especialização dos sistemas de cultivo uma possibilidade real para fazer frente às necessidades que se apresentavam. Os sistemas de cultivo e criações até então desenvolvidos necessitavam ser modificados, pois já não garantiam mais a sobrevivência da família nos padrões anteriores. Isso resultou, paulatinamente, na formação de uma agricultura familiar dedicada a um repertório de poucos produtos (soja, milho e trigo), sinalizando para uma crescente especialização das atividades produtivas voltadas aos mercados, cada vez mais identificados pela competição por meio de índices crescentes de produtividade. Com isso, passou-se a exigir a utilização cada vez maior de insumos e produtos industrializados e menos mão de obra familiar.

Essa nova fase terá como marco principal a introdução da cultura da soja, símbolo da modernização da agricultura no norte gaúcho e até hoje o principal produto da agricultura regional. A monocultura da soja junto às propriedades resultou num aumento do consumo de produtos industrializados (adubos, defensivos, fungicidas, etc.); numa intensificação da mercantilização das relações de produção; numa dependência crescente dos mercados internacionais, quanto ao estabelecimento dos preços dos produtos agrícolas, bem como na busca ao associativismo para criação de canais de comercialização.

Esse processo pode ser denominado “sojicização” da agricultura. Para o “sucesso” do que aqui denominamos de “sojicização” da agricultura, há que se fazer referência ao papel desempenhado pelas cooperativas de produção anteriormente mencionado. Inicialmente fomentando a produção de trigo, essas cooperativas se constituíram para os agricultores em um canal seguro de escoamento da produção de soja. No entanto, a atuação das cooperativas não se restringia ao escoamento da produção agrícola. Havia outras formas de atuação que merecem ser destacadas, que persistem até os dias atuais. Dentre estas, pode-se citar práticas como a disponibilização aos agricultores de serviços de maquinário, como trator sobre esteiras para avançar sobre as áreas de mata que ainda restavam, ou mesmo de caminhões para transporte de adubos, sementes e corretivos para o solo ácido da região. Essas práticas “cooperativas” foram fundamentais para a consolidação da monocultura da soja e do cooperativismo no Alto Uruguai¹⁰.

A AGRICULTURA FAMILIAR EM AMBIENTES MERCANTILIZADOS: ALGUMAS PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

Não são poucos os trabalhos no Brasil que têm buscado demonstrar não apenas a importância econômica da agricultura familiar (INCRA, 2000; BUAINAIN et al., 2002), como também a sua capacidade de se fortalecer em

¹⁰ O Censo Agropecuário de 1995/1996 indica que 53,2% dos agricultores da microrregião de Frederico Westphalen eram vinculados a algum tipo de cooperativa (comercialização, crédito, eletrificação ou outro tipo). Destes, mais de 55% eram associados a cooperativas de comercialização. Quanto à cobertura vegetal, de acordo com a mesma fonte, no período de 1995-1996, menos de 15% da área agrícola era coberta com matas (naturais ou plantadas).

ambientes cada vez mais competitivos (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1992; LAMARCHE, 1993; SCHNEIDER, 2003; SACCO DOS ANJOS, 2003). Um dos principais méritos desses trabalhos foi demonstrar, além da superioridade numérica da agricultura de base familiar no Brasil e em outros países em relação a outras formas de organização social e produtiva no meio rural, a sua capacidade de viabilizar a sua reprodução social e econômica e se fortalecer em ambientes onde predominam as relações de troca.

Não se pretende aprofundar o debate teórico sobre a definição de agricultor ou agricultura familiar. O debate brasileiro sobre essa temática é relativamente recente, pois ganhou mais espaço e notoriedade a partir da última década do século XX, principalmente após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Van der Ploeg (1992) afirma que o resultado do processo da crescente dependência da agricultura de produção para o mercado, de circulação de mercadorias e de inovação tecnológica resulta em uma constante transformação das atividades produtivas, uma vez que, a todo instante, e em períodos de tempo cada vez mais curtos, o agricultor necessita, além de se “atualizar” tecnologicamente, “renovar” seus vínculos com o mercado. Ou seja, o agricultor necessita, a cada novo ano agrícola, adquirir os insumos necessários – cada vez mais indispensáveis – ao processo produtivo. De fato, concorda-se com o autor e considera-se que o processo de mercantilização da agricultura do Alto Uruguai foi o responsável pelas suas transformações ao longo do tempo, ainda que de maneira heterogênea entre os agricultores. A trajetória da agricultura dessa região foi paulatinamente sendo orientada pelo reforço dos vínculos mercantis estabelecidos desde suas origens. Da mesma forma, considera-se que houve uma externalização crescente das atividades produtivas, a qual sempre foi correlata à própria especialização dos sistemas de cultivo. Nesse sentido, quanto mais especializada se tornava a agricultura dessa região, mais necessitava buscar nos mercados as bases para a sua reprodução.

Na concepção de Van der Ploeg (1990), a externalização crescente da agricultura afeta não apenas as atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores, mas também resulta em uma transformação completa da própria reprodução da atividade e da família. Isso porque as relações mercantis penetram no centro do processo produtivo via introdução de novos produtos e serviços e começam a mercantilizar o processo de trabalho, pois o que antes

estava sob o domínio dos agricultores passa a ser orientado por agentes externos.

É por conta disso que Van der Ploeg (1992) afirma que a chamada modernização da agricultura segue frequentemente a rota da externalização, na qual um número crescente de tarefas é separado do processo de trabalho agrícola e assimilado por organismos externos. Essa integração é crescente e gradual, visto que os agricultores vinculam-se aos mercados para vender e comprar mercadorias, acessar crédito e financiamento, assistência técnica, entre outras formas de integração que passam a ser fundamentais para a reprodução social. Assim, a incessante busca de índices de produtividade, associado aos riscos inerentes da própria atividade, como clima e mercado mundial de preços, obriga os agricultores a uma individualização e profissionalização; caso contrário, não conseguem competir no mesmo nível dos demais. Isso acaba por tornar o agricultor dependente de novas tecnologias. Cria-se um “circulo vicioso”, tal como também defende Abramovay (1992), um *treadmill* tecnológico, em que, por causa da competitividade instalada na agricultura, os agricultores são impelidos à busca contínua de inovações tecnológicas e índices de produtividade.

Dessa forma, a mercantilização, de acordo com Van der Ploeg (1990, 1992) e Llambi (1990), pode ser entendida como um processo de redução lenta e crescente da autonomia das famílias rurais via inserção crescente em circuitos em que predominam as trocas mercantis.

Em relação a esse aspecto, Llambi (1990) afirma que o que pode haver é uma autonomia relativa: “ya que ninguna unidad o empresa puede ser absolutamente autónoma o autárquica en un sistema que, como el capitalista, está basado en unas relaciones de mercado generalizadas” (p. 130). Para Van der Ploeg (1990, 1992), uma maior autonomia não significa não estabelecer ou romper os vínculos mercantis, mas, sim, buscar diminuir a dependência externa quanto à aquisição de insumos, produtos e serviços, ao mesmo tempo em que se pode diversificar a pauta de produtos produzidos para o mercado. Tanto as contribuições de Llambi (1990) como de Van der Ploeg (1990; 1992) são importantes para este trabalho, na medida em que oferecem uma consistente explicação teórica para a realidade empírica investigada e sua relação com os processos de mercantilização.

No que tange à mercantilização, ou seja, à esfera mercantil da produção onde predominam as relações de troca, Marx (1985) diz que:

[...] o primeiro modo pelo qual um objeto de uso é possivelmente valor de troca é sua existência como não-valor de uso para seu possuidor. A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal. São permutáveis pela vontade de seus possuidores de aliená-las reciprocamente. Nesse meio tempo, se consolida, pouco a pouco, a necessidade por objetos de uso estrangeiro. A constante repetição da troca transforma-a em um processo regular. Com o correr do tempo, torna-se necessário, portanto, que parte do produto do trabalho seja intencionalmente feita para a troca. A partir desse momento, consolida-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso dissocia-se de seu valor de troca. (MARX, 1985, p. 81-82).

A mercantilização, portanto, consiste num caminho em que os agricultores se veem, de maneira crescente, envoltos em relações de troca que tendem a se repetir constantemente; o agricultor perde o domínio sobre “determinadas” etapas do processo produtivo. A repetição das trocas na esfera mercantil, particularmente na aquisição de insumos, produtos e serviços, ao mesmo tempo em que reduz a autonomia dos agricultores em relação a sua reprodução social, pode ser encarada como uma das principais características da agricultura familiar, inserida nos mercados sem, necessariamente, resultar na redução do próprio caráter familiar dessa agricultura.

A mercantilização não deve ser entendida apenas por meio dos aspectos técnico-produtivos da agricultura, pois avança sobre outras esferas da vida social e econômica. Por isso, a heterogeneidade estrutural dos processos de mercantilização da agricultura familiar e dos espaços rurais, como resultado mais geral do desenvolvimento do capitalismo no campo, dá conta tanto da diversidade como de situações empíricas em direção a uma maior especialização e uniformização dos processos produtivos. O fortalecimento de uma ou de outra condição (maior diversidade ou maior especialização) vai depender das condições históricas de reprodução social (trajetória) da agricultura, seja em relação aos aspectos estritamente familiares ou àqueles que estão fora do alcance da família, seja em relação às características do ambiente onde esta está inserida.

Nesse sentido, entende-se que é por meio das relações estabelecidas entre a unidade familiar e o ambiente social e econômico que resultam iniciativas e ações dos indivíduos e das famílias para fazer frente a processos sociais e econômicos. Isso se caracteriza por meio da crescente exigência de aperfeiçoamento tecnológico (como máquinas e equipamentos agrícolas, uso de adubos e fertilizantes químicos, de sementes geneticamente melhoradas, etc.), da ampliação da escala de produção, etc., que podem ser resumidas na ideia da ampliação da mercantilização e integração dos agricultores em uma sociedade capitalista.

Dessa forma, concorda-se com Navarro (2002) em que a mercantilização da vida social ensejada a partir da acelerada integração econômica de vastas áreas da região Sul do Brasil, com forte impacto sobre a agricultura familiar, adentrou intensamente nas diversas formas de sociabilidade das populações rurais, “ainda que sob ritmos diversos, e mesmo nos mais remotos rincões rurais”. Estruturaram-se diferentes mercados, primeiramente o mais direto deles, o de produtos agrícolas, bem como aos poucos os demais mercados que iriam conformar novas formas de trabalho e de produção, e também as novas facetas das relações sociais e da própria vida cultural e simbólica.

Para Navarro (2002), tais mercados, como os de insumos, de trabalho, de ampliação das redes de comércio e suas articulações mercantis, de bens de consumo, entre outros, foram incorporados ao dia a dia dos agricultores. Por conta disso, ainda que lentamente, segundo Navarro (2002), nenhuma faceta da vida social escaparia ao processo de mercantilização. Passada uma geração após esse processo ter sido acelerado, sobretudo a partir dos anos de 1970, o mundo rural do Sul do Brasil deixou de ter conexões tão diretas com o passado, descolando-se dos tempos da agricultura policultora, dedicada ao auto-consumo com baixa integração aos mercados e incipiente nível de monetarização. Essa transformação certamente ocorreu sob movimento heterogêneo e desigual, com a mercantilização enraizando-se em graus variados, quando comparadas às partes constitutivas da região Sul.

Nesses termos, fala-se de uma atividade produtiva, de uma forma social de trabalho e produção, sustentada por laços de parentesco, consanguinidade e herança inserida num ambiente social e econômico mercantilizado, em que

as relações de troca são extremamente importantes e não podem ser desconsideradas. Em virtude disso, corre-se o risco de não compreender as estratégias e as dinâmicas estabelecidas pelos agricultores familiares ao longo de suas trajetórias, com vistas a viabilizar a sua reprodução enquanto tal.

Retoma-se Martins (2002), uma vez que este afirma que na sociedade capitalista o camponês ou agricultor familiar deve ter algum vínculo com o mercado, com o dinheiro e, portanto, com o capital. Na vida das populações camponesas há uma tendência crescente, embora oscilante e lenta, em termos de maior influência do mercado e do capital, portanto, para o estabelecimento de trocas. Ou seja, a sociedade assiste a um processo crescente de mercantilização das formas sociais de trabalho e produção no meio rural que não podem ser desconsideradas ou simplesmente tomadas como um fato “natural” das sociedades capitalistas.

As contribuições de Martins (2002) são fundamentais na medida em que se deve ter claro que o fato da agricultura familiar estar inserida em circuitos mercantis, ser uma produtora de mercadorias, não implica, necessariamente, que seja uma agricultura capitalista regida pela relação capital/trabalho, em termos da subordinação do trabalho em relação ao capital. Isso porque uma agricultura mais mercantil não significa uma agricultura menos familiar, pois as normas ou regras sociais que regem as relações entre os indivíduos no interior do grupo familiar – gênero, hierarquia, parentesco, inexistência de relações contratuais, etc. – não desaparecem em razão da intensificação das trocas.

A mercantilização das formas sociais de trabalho e produção no meio rural, como atesta Martins (2002), não significa a sua decomposição, a sua transformação com o fim de uma outra condição social. Isso porque a produção de mercadorias não se dá, necessariamente e exclusivamente, por meio das relações de produção capitalistas. Há uma diferença entre a produção de mercadorias e a produção capitalista de mercadorias, a qual é fundamental para compreender como a agricultura familiar consegue se vincular aos mais diversos mercados sem destituir o seu caráter familiar. Não há inexorabilidade na superação de todas as características que identificam a agricultura como familiar em relação à passagem de uma condição à outra, pois se mantém uma autonomia relativa sobre os fatores e meios de produção, particularmente a terra e a força de trabalho (MARTINS, 1979).

MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO URUGUAI: OS IMPACTOS DA “SOJICIZAÇÃO”

Apresentar-se-á na sequência um conjunto de dados e informações que retratam os processos como as especificidades do processo de mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai, as quais contribuíram para a consolidação de um padrão agrícola de desenvolvimento regional. Os resultados apresentados por Kageyama (2005) podem ser tomados como um exemplo dessa trajetória de desenvolvimento regional. Referindo-se às distintas trajetórias de desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul, a autora conclui que há uma área, no noroeste do estado, em que predomina uma agricultura familiar empobrecida e em condições de vida menos favoráveis em relação às demais regiões. Trata-se de uma agricultura que se especializou na produção “modernizada” de soja e trigo. Essa trajetória de desenvolvimento, conclui a autora, não parece ter-se convertido em melhores condições de vida para as famílias envolvidas, já que nessa região se encontram os menores valores da renda, a máxima extensão da pobreza e o baixo índice de nível de vida. Essa grande região abarca o Alto Uruguai, as Missões e todo o Planalto Médio gaúcho.

Conforme indicou Kageyama (2005), essa região concentra quase 90% da produção de soja e de trigo do estado, mas também se destaca na suinocultura (60% do rebanho suíno do estado) e na produção de fumo (48% do total produzido no estado). Nessas regiões encontra-se a máxima proporção de população rural ocupada na agricultura (82,3%), máxima proporção de pobres (14,0%) e renda média mínima (R\$ 170,90 de renda domiciliar per capita referente a setembro de 2002), além de 44,0% da população rural do estado.

Essa realidade social e econômica a que se refere Kageyama (2005) pode ser entendida, em parte, como o resultado das profundas transformações que, nas décadas de 1960 e 1970, passaram a ocorrer na base técnico-produtiva da agricultura do Alto Uruguai. Essas transformações estão todas relacionadas, em maior ou menor grau, à introdução de novas e modernas tecnologias que vão substituindo, mesmo que não de forma homogênea, a forma de produzir e de viver dos agricultores. São transformações ocasionadas pela introdução de insumos industriais, como fertilizantes e defensivos químicos, sementes melhoradas, máquinas e equipamentos (como tratores e colheitadeiras), novos canais de comercialização (via cooperativas), acesso sistemático ao sistema de crédito e financiamento, entre outras.

Não obstante, o que para alguns agricultores significou um salto qualitativo e quantitativo em relação à sua condição original, para outros foi o início de um processo de exclusão e diferenciação social. É importante ressaltar que nessa região a mercantilização estabeleceu-se, fundamentalmente, por meio do fortalecimento dos mercados agrícolas, instituídos desde o início do processo de ocupação pelos descendentes de imigrantes.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS

Ao longo dos anos nessa região, a soja se tornou o carro-chefe da modernização e da intensificação dos processos de mercantilização da agricultura. Respeitando-se os critérios metodológicos em relação à coleta de dados e informações já apresentadas, a Tabela 1 indica que já na década de 1970 a soja era uma cultura praticada pela maioria esmagadora dos agricultores do Município de Três Palmeiras, em que seu auge parece ter ocorrido entre 1975 e 1985, quando mais de 90% dos agricultores dedicavam-se a produzi-la. Outras culturas tradicionalmente importantes para os agricultores, como o trigo e o feijão, não desapareceram, mas não tiveram a mesma constância em relação à soja e ao milho. Em relação ao trigo, a sua permanência, particularmente entre os agricultores proprietários de pequenas áreas de terra, é importante, pois os agricultores entregam às cooperativas a produção colhida e em troca recebem a farinha de trigo.

Outro aspecto interessante é que a partir de 1985 verifica-se uma redução do percentual de produtores em relação a todas as culturas. Isso se deve fundamentalmente à busca de outras alternativas de renda, como a atividade leiteira, que se fortalece no município a partir de então, principalmente junto aos agricultores com pequenas áreas de terra. A possibilidade de uma renda mensal, ao contrário das culturas temporárias que oferecem apenas uma renda anual, deve ser levada em consideração.

Há um conjunto de aspectos que podem ser identificados para uma análise do que se denomina aqui de mercantilização da agricultura, baseado na literatura especializada. A natureza multifacetada desse processo, como bem afirmam Van der Ploeg (1990; 1992) e Navarro (2002), obriga-nos à seleção de alguns desses aspectos a partir da trajetória histórica da agricultura do Alto Uruguai. As mudanças nas estruturas fundiárias são um desses aspectos.

Tabela 1. Evolução municipal do número de produtores de soja, milho, trigo e feijão de Três Palmeiras para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para o Município de Ronda Alta, RS).

Ano	Número de Estabelecimentos	Soja		Milho		Trigo		Feijão	
		Estab.	(%)	Estab.	(%)	Estab.	(%)	Estab.	(%)
1970	2.420	2.058	85,0	2.038	84,2	1.770	73,1	1.464	60,4
1975	2.337	2.265	96,9	2.233	95,5	1.184	50,6	1.345	57,5
1980	2.307	2.084	90,3	2.153	93,3	454	19,6	1.707	73,9
1985	2.464	2.388	96,9	2.254	91,4	1.278	51,8	1.739	70,5
1995	1.914	1.627	85,0	1.706	89,1	649	33,9	960	50,1

Fonte: IBGE (1970-1995).

O tamanho médio próximo de 25 hectares atesta a predominância de pequenas propriedades. Apesar disso, houve um aumento, ainda que pequeno, do tamanho médio dos estabelecimentos no período de 1970 e 1995. Esse aumento pode ser uma decorrência direta da especialização produtiva, que pode levar a uma concentração fundiária, mesmo em regiões típicas de agricultura familiar. Não se podem extrair grandes conclusões a esse respeito, mas, sendo uma região de colonização em lotes entre 12 e 24 hectares, parece evidente que muitos dos lotes menores foram, ao longo do tempo, sendo incorporados às propriedades maiores. Rückert (2003), analisando a agricultura no Planalto Médio Rio-Grandense no período de 1930 a 1990, denominou esse processo de “fagocitose”, uma vez que o parcelamento dos lotes, típico das primeiras décadas após a demarcação e ocupação dos mesmos via transmissão por herança, cede lugar à incorporação de muitos dos lotes menores pelas propriedades maiores situadas nos arredores, especializadas na produção de trigo e soja.

O traço mais característico da evolução da estrutura fundiária é a redução significativa dos estabelecimentos com menos de 5 hectares e o aumento nos estratos de mais de 50 hectares. Esse é um dos traços característicos do modelo agrícola de desenvolvimento, mesmo em regiões onde predomina a agricultura familiar. Na região do Alto Uruguai, a “sojicização” da agricultura tem papel fundamental na concentração fundiária, pois as pequenas áreas tornam-se impossibilitadas de alcançar índices crescentes de produtividade e

Tabela 2. Estrutura fundiária do Município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para o Município de Ronda Alta, RS).

Ano	Nº estab.	Área total (ha)	Tamanho médio (ha)	Estrato de área (ha)											
				<5		5 a 10		10 a 20		20 a 50		50 a 100		>100	
				Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)	Nº (%)
1970	2.420	60.383	24,9	432	17,9	472	19,5	913	37,7	492	20,3	43	1,8	68	2,8
1975	2.337	57.501	24,6	369	15,8	531	22,7	835	35,7	476	20,4	52	2,2	74	3,2
1980	2.307	59.684	25,8	259	11,2	543	23,5	917	39,7	450	19,5	59	2,6	79	3,4
1985	2.464	58.340	23,6	334	13,6	617	25,0	921	37,4	443	18,0	78	3,2	71	2,9
1995	1.914	50.386	26,3	209	10,9	412	21,6	806	42,1	342	17,9	78	4,1	67	3,5

Fonte: IBGE (1970-1995).

incorporação de inovações tecnológicas, características principais da monocultura da soja, conforme demonstrou Conterato (2004). Isso revela algumas fragilidades socioprodutivas da agricultura da região, uma vez que é nos circuitos mercantis da comercialização das commodities agrícolas e da aquisição dos insumos que se define a renda do agricultor. Esse talvez seja um dos principais traços negativos da mercantilização no Alto Uruguai, dado por uma integração aos mercados mundiais das cadeias agroalimentares em que as relações caracterizam-se pela quase total submissão dos agricultores em relação às oscilações dos mercados.

Mudanças importantes também são observadas na dinâmica populacional. O Alto Uruguai tem se caracterizado por ser uma região de expulsão populacional, haja vista a redução da sua população total (Figura 2). Pode-se considerar que as migrações revelam tanto a expropriação direta da propriedade da terra, como a precarização e expropriação das condições de trabalho familiar. A expropriação direta da propriedade da terra seria uma consequência da concentração fundiária a partir da incapacidade dos agricultores de alcançar índices de produtividade, seja pela precariedade dos meios de produção, seja pelos problemas de fertilidade do solo ou tamanho da propriedade. Já a expropriação das condições de trabalho estaria diretamente ligada à mecanização da agricultura, substituindo a força de trabalho humano e animal pela mecânica.

A redução da população rural e mesmo total serve como um indicador do baixo nível de absorção da mão de obra no meio rural e de diversificação das atividades econômicas, fazendo com que a mão de obra migre para outras regiões na busca de emprego. É sob essa perspectiva que se entende a agricultura familiar do Alto Uruguai como poupadora de mão de obra e pouco diversificada no âmbito da produção, caracterizando-se pelo elevado grau de integração e especialização, com sistemas de cultivo exigentes em inovações tecnológicas, porém pouco intensivos no uso de mão de obra.

A comparação entre as taxas de crescimento populacional da região de estudo e o Estado do Rio Grande do Sul também serve como parâmetro para caracterizar a dinâmica populacional. Já na década de 1980, a microrregião de Frederico Westphalen apresentava uma taxa de crescimento da população total de apenas 4,0%, enquanto para o estado esse percentual era de 16,6%. Tratava-se de um crescimento pequeno, mas positivo. No entanto, a partir dos anos de 1980, passa a ocorrer um esvaziamento populacional da região, que

apresentou um crescimento negativo de -7,9% em 1991, e -7,5% em 2000, enquanto para o estado gaúcho esses percentuais foram de +17,5% e +11,4%, respectivamente para os anos de 1991 e 2000. A década de 1980 parece emblemática quanto à dinâmica populacional do Alto Uruguai, que passa a assistir a uma redução considerável de sua população, quer seja total ou rural, em que pese o crescimento da sua população urbana, em muito decorrente das inúmeras emancipações¹¹ ocorridas na região, transformando parte da população rural em urbana, sem, no entanto, ter contribuído para a redução dos fluxos migratórios. Ou seja, a proliferação de pequenos municípios em uma região essencialmente agrícola, como é a do Alto Uruguai, não resultou em mais e/ou melhores oportunidades de inserção em mercados de trabalho para sua população, principalmente a mais jovem, como atesta a Tabela 3.

Os aspectos demográficos de uma determinada região, como evolução populacional total ou por faixas etárias, podem ser importantes elementos caracterizadores das desigualdades regionais, visto que poucas vezes há preocupações com o fato de que o desenvolvimento traduz-se por um conjunto

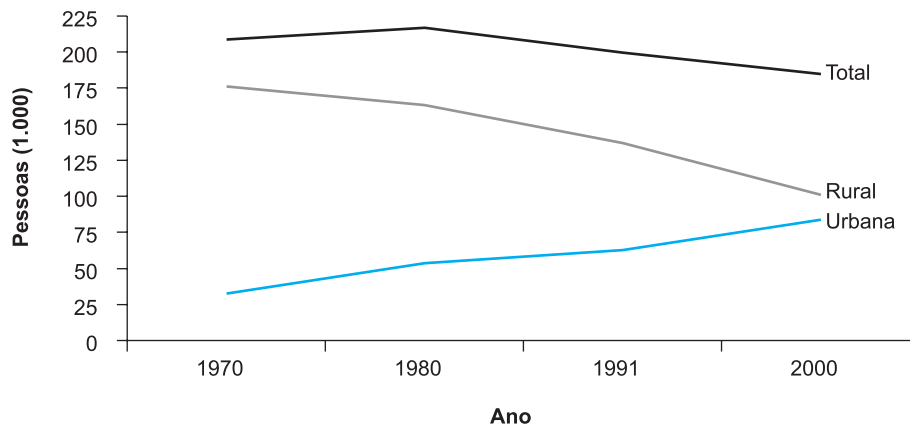


Figura 2. Evolução populacional na microrregião de Frederico Westphalen 1970-2000 (1.000 pessoas).

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (IBGE, 1970-1995, 2000).

¹¹ Na década de 1990, foram criados na região deste estudo os seguintes municípios: Ametista do Sul (1993), Cristal do Sul (1991), Dois Irmãos das Missões (1993), Engenho Velho (1993), Gramado dos Loureiros (1993), Pinheirinho do Vale (1993) e Rio dos Índios (1993).

multidimensional de aspectos que não convergem necessariamente para uma medida única, como a monetária. Dessa forma, no entender de Andrade (1977), as desigualdades regionais se refletem de forma bastante variada nas múltiplas facetas da vida humana.

Por isso, as mensurações feitas das desigualdades regionais de desenvolvimento, ou mesmo em relação a uma trajetória específica, devem levar em conta também aspectos que mostrem os desequilíbrios existentes de uma forma mais reveladora. Isso permite trabalhar com indicadores mais próximos do objeto, do foco analítico e do desenvolvimento em sua natureza multifacetada. No entender de Jardim e Barcellos (2004), a migração, componente da dimensão demográfica, constitui assim elemento crucial no debate sobre desenvolvimento regional. Determinada por relações sociais e econômicas que se estabelecem no interior das formações regionais e entre os diferentes espaços no território, a migração constituiu-se em fenômeno em que se expressam as diferenças regionais em várias dimensões.

A Tabela 3 permite traçar um perfil da população que migrou de Três Palmeiras entre 1991 e 2000. Verifica-se que é fundamentalmente a população jovem que está migrando, tendo como possível motivação a busca por trabalho e estudo em municípios e mesmo por regiões de maior dinamismo econômico. Merece destaque a redução significativa (29,8%) do número de jovens entre 20 a 29 anos. Todas as faixas etárias até 39 anos apresentaram crescimento negativo, inclusive entre as crianças. Não obstante, é importante registrar que a variação na população também se dá por outros fatores, além da busca por inserção no mercado de trabalho, seja ele agrícola ou não agrícola. Fatores como taxas de natalidade e de mortalidade e migração de retorno, por exemplo, podem influenciar no comportamento da evolução populacional. A dificuldade em identificar esses fatores separadamente implica no reconhecimento de pelos menos duas situações: a primeira é a intensa migração de jovens e a segunda, o incremento ainda maior da população idosa.

Conforme Camarano e Abramovay (1999), estudos sobre migrações, mas também sobre êxodo rural e envelhecimento, são necessários para aprofundar o conhecimento das condições de vida e do potencial de desenvolvimento no meio rural. Tais pesquisas permitiriam uma compreensão mais ampla do desenvolvimento enquanto um processo de mudança social com vistas à melhoria das condições de vida das populações, particularmente rurais.

Tabela 3. Evolução da população total por faixa etária do Município de Três Palmeiras entre 1991 e 2000.

Faixa etária (anos)	1991	2000	Varição em 1991 (%)
0 a 9	1.223	799	-34,7
10 a 19	1.063	1.029	-3,2
20 a 29	769	540	-29,8
30 a 39	682	600	-12,0
40 a 49	517	630	21,9
50 a 59	352	473	34,4
60 anos ou mais	424	549	29,5
Total	5.030	4.620	-8,2

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE, 1970-1995, 2000).

O crescimento negativo entre os mais jovens não é acompanhado pela população adulta, principalmente a partir dos 40 anos, em que todas as faixas etárias apresentam crescimento positivo, apesar da população total também registrar queda. Trata-se de uma dinâmica interessante do ponto de vista das migrações populacionais e da conformação de uma sociedade, ao menos local, constituída mais de pessoas adultas do que pessoas jovens.

Quando se analisam as condições de reprodução social e econômica da agricultura familiar, é de suma importância o reconhecimento dos meios e fatores de produção fundamentais e dos processos produtivos. Isso se deve principalmente pelo fato de que estamos analisando uma agricultura familiar plenamente inserida nos mercados.

ASPECTOS QUE EXPRESSAM A MERCANTILIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO URUGUAI: UM ESTUDO DE CASO

Após tratarmos da trajetória da agricultura familiar no Alto Uruguai, continuaremos nossa análise apresentando alguns dados empíricos que

comprovam que essa forma de agricultura estabelece suas estratégias em um ambiente mercantilizado. Tal ambiente, dadas as condições históricas de formação e metamorfoses, serviu para aprofundar a diferenciação que é tanto social como econômica entre os agricultores. Ao mesmo tempo, os dados apresentados na sequência comprovam que a agricultura do Alto Uruguai consegue lograr sua reprodução social em ambientes competitivos, incorporando progresso tecnológico e um conjunto de outros aspectos, sem necessariamente deixar de ser familiar, permanecer ou retornar a qualquer realidade que a aproxime de uma economia de subsistência ou de uma agricultura camponesa.

Em regiões de predominância das pequenas unidades familiares de produção, como é o Alto Uruguai, deve-se olhar para a sua agricultura como um elemento impulsionador do desenvolvimento local e regional. Dessa forma, a estrutura fundiária deve ser tomada como uma riqueza da sociedade em que esta se assenta, um fator de dinamismo e de possibilidades de fortalecimento da economia e de melhoria das condições de vida das populações.

A identificação da **estrutura fundiária** deve ter como prerrogativa a preocupação com a economia e as populações, pois a repartição do solo agrícola é também definidora das relações sociais e econômicas que ali se desenvolvem. De acordo com a Tabela 4, a maioria dos estabelecimentos agrícolas familiares de Três Palmeiras não ultrapassa os 20 hectares, com tamanho médio de 22,45, dos quais 50% do total dos estabelecimentos possuem até 15,2 hectares (valor da mediana¹²). Nesse caso, bem como em outros dados a serem analisados, o tamanho médio dos estabelecimentos por si só não é representativo da estrutura fundiária municipal, que possui uma distribuição bastante assimétrica quanto ao tamanho dos estabelecimentos.

Impelidos a extrair da terra o máximo de ganhos possíveis, muitos agricultores defrontam-se com o tamanho reduzido das áreas exploradas, resultando muitas vezes em ganhos econômicos reduzidos frente às necessidades da família. Ressalta-se, no entanto, que as dificuldades decorrem fundamentalmente dos sistemas de cultivo desenvolvidos, exigentes em escalas de

¹² Mediana é uma medida de tendência central que representa 50% da distribuição dos casos. A opção por apresentar a mediana é justamente em virtude de que os valores médios, quando se está caracterizando uma realidade social e econômica a partir de dados como estrutura fundiária, renda, etc., não se mostram suficientes e pouco explicam a complexidade que envolve os processos de diferenciação a que se propõe a analisar.

Tabela 4. Estratos da estrutura fundiária (ha) na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Estratos da estrutura fundiária (ha)	Estabelecimento (%)	Estatística descritiva
Até 10	22,0	Média
10 a 20	49,3	22,45 ha
20 a 40	13,5	Mediana
> 40	15,2	15,20 ha
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa AFDLP (SCHNEIDER; SACCO DOS ANJOS, 2003).

produção e produtividade, do que do tamanho reduzido dos estabelecimentos, uma condição histórica da agricultura regional.

Na agricultura familiar do Alto Uruguai, a necessidade de extrair da terra o máximo de ganhos resulta em um elevado Consumo Intermediário (CI)¹³. A análise do CI permite reconhecer o grau de integração dos agricultores familiares com os mercados, nesse caso particularmente de produtos e serviços adquiridos e acessados para dinamizar as atividades produtivas, como sementes, adubos, defensivos químicos e serviços de máquinas agrícolas. A análise da Tabela 5 permite considerações importantes sobre o grau de integração econômica da agricultura familiar com os circuitos mercantis. A primeira consideração é a de que todos os estabelecimentos encontram-se, de alguma maneira, inseridos nos mercados, demonstrando que não se trata de agricultores que vivem em regime de economia autárquica. Essa inserção nos circuitos mercantis não apenas caracteriza o grau de integração, mas faz dela um fator fundamental na reprodução da agricultura familiar.

Ainda que não vivendo em regime de autarquia, comprova-se que a integração aos mercados de insumos, produtos e serviços não é homogênea. Praticamente 60% dos estabelecimentos têm um CI de até 5 mil reais ao ano, onde a média é próxima dos 10 mil reais anuais.

¹³ Consumo Intermediário (CI) é o valor dos insumos (produção animal, vegetal e transformação caseira) e serviços (máquinas, equipamentos, manutenção das instalações, luz, gás e água) adquiridos de outros agentes econômicos e destinados ao processo de produção do estabelecimento agrícola. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, por meio do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas.

Tabela 5. Estratos de Consumo Intermediário (CI) na agricultura familiar de Três Palmeiras, ano agrícola 2001-2002.

Estratos de Consumo Intermediário (R\$)	Estabelecimento (%)	Estatística descritiva
Até 5 mil	59,3	Média
5.001 a 10 mil	10,2	R\$ 9.728,46
10.001 a 20 mil	11,9	Mediana
> 20.001	18,6	R\$ 3.539,22
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa AFDLP (SCHNEIDER; SACCO DOS ANJOS, 2003).

Outro bom indicador dos diferentes graus de integração mercantil dos agricultores familiares é o fato de que 50% dos agricultores possuem um CI de no máximo 3,5 mil reais, indicando uma diferença importante na intensidade das trocas mercantis. Na região deste estudo, historicamente a análise das situações de autarquia deve ser substituída pela análise dos processos de mercantilização e diferenciação social e econômica. Neste trabalho, privilegiou-se a dimensão técnico-produtiva da agricultura familiar.

Além do CI, o Capital Disponível (CD)¹⁴, que são os recursos imobilizados em máquinas, equipamentos e benfeitorias utilizados no processo produtivo, ajuda na compreensão da mercantilização a diferenciação social entre os agricultores familiares. Não obstante, ao fazer uso quase exclusivo de mão de obra familiar, não se pode analisar a agricultura familiar sem levar em consideração a base tecnológica do empreendimento agropecuário (ver Tabela 6).

Contrariamente ao observado quanto ao CI, em relação ao CD há uma distribuição bastante homogênea entre os estratos. Mesmo assim, se observarmos os valores médios e medianos, estes dão conta das diferenças em capital imobilizado em máquinas e equipamentos entre os agricultores. Por conta das exigências tecnológicas dos sistemas de cultivo desenvolvidos, um percentual importante dos agricultores familiares não consegue acompanhar o avanço das tecnologias que estão disponíveis no mercado, fazendo com que estes

¹⁴ Capital Disponível (CD) consiste na soma do valor dos recursos produtivos e tecnológicos disponíveis no estabelecimento agrícola, ou seja, a soma do valor das máquinas, equipamentos, construções, benfeitorias e animais (excluindo o valor da terra).

Tabela 6. Estratos de Capital Disponível (CD) na agricultura familiar de Três Palmeiras, ano agrícola 2001-2002.

Estratos de Capital Disponível (R\$)	Estabelecimento (%)	Estatística descritiva
Até 5 mil	22,0	Média
5.001 a 10 mil	27,1	R\$ 22.896,00
10.001 a 20 mil	22,0	Mediana
> 20.001	28,8	R\$ 10.104,00
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa AFDLP (SCHNEIDER; SACCO DOS ANJOS, 2003).

recorram ao pagamento de serviços de máquinas e equipamentos agrícolas junto a outros agricultores, para viabilizar os processos produtivos em sua plenitude. Isso ocorre principalmente nos períodos de plantio e colheita, situação agravada pela reduzida disponibilidade de mão de obra familiar. Apesar da relativa simetria quanto à distribuição dos agricultores entre os estratos de CD, há que se levar em consideração a enorme diferença entre um agricultor que possui um capital imobilizado de até cinco mil reais e outro, com vinte mil ou mais. São esses agricultores que acabam prestando serviços para os outros agricultores, ampliando a dependência daqueles menos capitalizados, particularmente os produtores de commodities, que vai além da dependência dos fatores climáticos e de preços, pois no limite pode determinar o fracasso de um ano de trabalho, caso o acesso a tais serviços seja impossibilitado. Isso porque não há nenhuma obrigação moral dos agricultores que possuem máquinas e equipamentos de prestar tais serviços. Esses serviços são prestados por uma única razão: rentabilizar um capital que fica imobilizado na maior parte do ano agrícola, permitindo aumentar o ingresso monetário.

A Tabela 7 expressa a composição dos rendimentos totais anuais por tipo de renda¹⁵ junto aos agricultores. Observa-se que a Renda Agrícola (RA),

¹⁵ Renda agrícola: essa provém das atividades agropecuárias realizadas dentro da Unidade de Produção (UP) e/ou de atividades para-agrícolas. Atividades agropecuárias são cultivos e criações de animais. As atividades para-agrícolas são beneficiamento ou transformação, em bases artesanais (matérias-primas vegetais ou animais). Renda não agrícola: essa renda tem como origem as atividades não agrícolas, podendo ser realizadas fora ou dentro da UP, na condição de empregado, empregador ou conta-própria, tais como: motorista, costureiro de bolas ou calçados, pedreiro, servidor público, professor, balconista, operário, empregado doméstico,

que corresponde à parte da riqueza líquida que permanece no estabelecimento agrícola e serve para remunerar o trabalho familiar e realizar investimentos, representa em média 73% da Renda Total (RT). Os dados oferecem subsídios à comprovação empírica da dependência da agricultura familiar a um padrão de produção que tem levado muitos agricultores à situações de vulnerabilidade e exclusão social. Em seguida, na ordem de importância na composição da RT, aparecem os recursos das aposentadorias e pensões, com uma participação média de 15,3%, demonstrando a abrangência e importância das políticas públicas na agricultura familiar, que vai além do acesso aos recursos de crédito e financiamento.

Tabela 7. Formação da Renda Total (RT) na agricultura familiar de Três Palmeiras, ano agrícola 2001-2002 (%).

Renda Agrícola (RA)	Renda de aposentadorias e pensões (RAp)	Renda de outras fontes (ROF)	Outra renda do trabalho (ORT)	Renda de atividades não agrícolas (RñA)	Renda Total (RT)
73,0%	15,3%	0,8%	4,3%	6,6%	100,0%

Fonte: Pesquisa AFDLP (SCHNEIDER; SACCO DOS ANJOS, 2003).

No que tange à participação das rendas de atividades não agrícolas (configurando as situações de pluriatividade, mas que fogem do escopo de análise deste trabalho), esta é bastante restrita, significando, em média, não mais do que 6,6% da RT. Em relação às outras rendas do trabalho, como a prestação de serviços por meio de máquinas e equipamentos agrícolas, essas contribuem, em média, com apenas 4,3% do RT.

A partir da constatação da predominância da renda agrícola na composição da renda total do universo empírico investigado, optou-se por explicitar essa renda por estratos, para uma melhor caracterização da mesma. É notória

artesão na confecção de panos de pratos e outros produtos não agrícolas, coveiro e prestador de serviços não agrícolas. Outras rendas do trabalho: rendas obtidas necessariamente fora da UP e de atividades inerentes ao setor agropecuário. Embora os trabalhos temporários sejam mais recorrentes, atividades permanentes também ocorrem, como a venda da força de trabalho na agricultura ou prestação de serviços agrícolas, comércio da própria produção em feiras; colheita, plantio e podas em outras UPs; prestação de serviços com máquinas agrícolas próprias, etc. Rendas de outras fontes: provenientes de aluguéis, juros, aplicações, arrendamentos, doações. Rendas de transferências sociais: resultantes de transferências governamentais, tais como aposentadorias, pensões, programas assistenciais, como bolsa-escola, cartão-alimentação ou outros.

a concentração das famílias com rendimento agrícola anual de até 5 mil reais, valor inferior à média, que é próxima a 8 mil reais. Se o recorte for 10 mil reais, 81,4% das famílias possuem esse limite superior de rendimento anual. É evidente também a discrepância nos rendimentos agrícolas obtidos pelas famílias, com um percentual bastante baixo delas, obtendo mais de 10 mil anuais. Essa diferenciação econômica é expressa pelo valor da mediana, inferior aos 5 mil reais anuais. A diferença entre os valores médio e mediano expressa a fragilidade do primeiro em representar a realidade social e econômica da agricultura familiar aqui analisada (ver Tabela 8).

Tabela 8. Estratos de Renda Agrícola (RA), valores médios e medianos na agricultura familiar de Três Palmeiras, ano agrícola 2001-2002.

Estratos de Renda Agrícola (R\$)	Estabelecimento (%)	Estatística descritiva
Até 5 mil	56,0	Média
5 mil a 10 mil	25,4	R\$ 7.960,00
10 mil a 20 mil	11,8	Mediana
> 20 mil	6,8	R\$ 4.482,00
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa AFDLP (SCHNEIDER; SACCO DOS ANJOS, 2003).

Tomando o limite superior de 5 mil reais, onde se encontra a maioria das famílias, isso permite uma remuneração máxima mensal de R\$ 416,66 por família, ou R\$ 103,64 por membro familiar, considerando que o número médio de pessoas por estabelecimento é de 4,02. Além da RA, optou-se por identificar os rendimentos totais junto às famílias. No que diz respeito à Renda Total (RT) – Tabela 9 –, percebe-se uma pequena mudança em relação ao comportamento da RA, pois agora a maior concentração (52,5%) ocorre no estrato de 5 mil a 10 mil reais família/ano. Essa mudança resulta do ingresso de outras rendas somadas à agrícola, principalmente recursos da previdência social. O percentual de famílias com RT acima de 10 mil reais anuais é de 28,9%. Observou-se que o impacto das outras fontes de renda é mais significativo para os agricultores familiares com RA menor, onde há um elevado percentual de famílias com no mínimo um membro recebendo benefício da

previdência social. Novamente observa-se uma assimetria acentuada entre os valores médio e mediano.

Tabela 9. Estratos de Renda Total (RT) na agricultura familiar de Três Palmeiras, ano agrícola 2001-2002.

Estratos de Renda Total (R\$)	Estabelecimento (%)	Estatística descritiva
Até 5 mil	18,6	Média
5 mil a 10 mil	52,5	R\$ 10.911,51
10 mil a 20 mil	20,3	Mediana
> 20 mil	8,6	R\$ 7.283,18
Total	100,0	-

Fonte: Pesquisa AFDLP (SCHNEIDER; SACCO DOS ANJOS, 2003).

O pleno desenvolvimento de um padrão agrícola de produção faz, de um lado, aumentar os índices de produtividade e de mercantilização da agricultura familiar e, de outro, não consegue sustar os fluxos migratórios, mas, ao contrário, parece justamente intensificá-los.

Parece de fato que o fundamental em Três Palmeiras e no Alto Uruguai é discutir as estratégias agrícolas de reprodução. Sob essas condições, os agricultores se veem obrigados a constantemente renovar os vínculos mercantis, o que não raro acaba em exclusão social em virtude do caráter concentrador e seletivo do padrão agrícola de desenvolvimento, que cerca a agricultura da região ao longo de sua trajetória. Merece destaque que, quando perguntados sobre a estratégia adotada frente a uma suposta situação de crise na agricultura, a maioria dos agricultores (50,8%) respondeu que buscaria aperfeiçoamento tecnológico para a produção agrícola (Tabela 10). Ou seja, aquilo que solapa as condições objetivas de reprodução social de muitos agricultores é justamente o que acaba sendo reforçado após uma situação de crise: a “corrida tecnológica”.

Analisando a Tabela 10, pode-se considerar que há o que se pode chamar de um “engessamento” da agricultura familiar em relação às outras estratégias de reprodução que não as agrícolas, pois, além do aperfeiçoamento

Tabela 10. O que o senhor faria diante uma suposta situação de crise na agricultura?

Resposta dos agricultores	Estabelecimento (%)
Continuar a fazer o mesmo e esperar que a crise passe	35,6
Deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra	1,7
Buscar aperfeiçoamento tecnológico para melhorar a produção	50,8
Procurar emprego não agrícola, sem vender a terra	10,2
Não sabe/sem resposta	1,7
Total	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP (SCHNEIDER; SACCO DOS ANJOS, 2003).

tecnológico, 35,6% dos agricultores responderam que continuariam a fazer o mesmo e esperariam a crise passar. Isso nos leva a outra discussão, à qual foge ao tema aqui proposto, que diz respeito ao debate sobre pluriatividade e a necessidade de um ambiente social e econômico favorável para este se expressar. Por isso, o acesso às atividades não agrícolas aparece como uma alternativa para apenas 10,2% dos agricultores familiares.

CONCLUSÕES

Neste trabalho buscou-se analisar como a agricultura familiar de uma das mais importantes regiões agrícolas do Estado do Rio Grande do Sul, o Alto Uruguai, estabelece as suas bases socioeconômicas de reprodução social. Para tanto, privilegiou-se a análise das transformações mais recentes na agricultura local e regional e a atual dinâmica da agricultura familiar a partir de dados primários referentes ao ano agrícola 2001-2002, para o Município de Três Palmeiras.

O privilégio aos dados econômico-produtivos foi proposital na medida em que a pesquisa esteve orientada para demonstrar o quão frágil é para

as famílias reproduzir um padrão, um modelo de desenvolvimento orientado pelo privilégio aos monocultivos e ao desempenho produtivo dos estabelecimentos. Isso se reflete, entre outros aspectos, na formação da renda familiar, em que os rendimentos advindos das atividades agropecuárias são os mais representativos, com uma pequena participação das rendas não agrícolas. A constante exposição dos agricultores familiares aos imperativos climáticos e, principalmente, de mercado, como os mercados mundiais de commodities e dos produtos e serviços agropecuários, aparece como uma barreira importante na formação da renda agrícola. Nesse sentido, a agricultura familiar do Alto Uruguai é representativa do que Marsden (2003) definiu como dinâmica agroindustrial de desenvolvimento rural. Essa dinâmica vincula a produção agroalimentar à dinâmica industrial, na qual os agricultores necessitam estabelecer padrões mínimos de competitividade, vinculados à diminuição de custos por meio do uso intensivo de novas tecnologias, como os Organismos Geneticamente Modificados (OGM), que garantam o aumento das escalas de produção.

Nesse sentido, a agricultura familiar de Três Palmeiras e do Alto Uruguai caracteriza-se, basicamente, por uma agricultura em que os vínculos mercantis se dão, grosso modo, pelos mercados de produtos e serviços agropecuários. O dicotômico é que isso deflagra o próprio paradoxo do modelo de desenvolvimento regional, em que o sucesso produtivo das culturas não se reverte necessariamente em melhorias significativas das condições de vida das populações rurais. Nessas condições, o êxodo rural ainda se apresenta como uma realidade da região, expulsando sua população para outras regiões e estados da Federação.

Na região deste estudo, o tipo de mercantilização da agricultura implicou em evidentes situações de diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares. Isso se expressa, por exemplo, por meio da importância crescente junto à agricultura do acesso a novas tecnologias, hoje representadas também pelos organismos geneticamente modificados e transgênicos.

A elevada externalização, o baixo nível de instrução e o reduzido número de residentes, bem como de disponibilidade de mão de obra familiar, e ainda o baixo nível de incorporação de progresso técnico e as restrições em termos de tamanho e qualidade das terras – quando em seu conjunto são mobilizados para produção de commodity agrícola –, resultam em reduzida

capacidade de diversificação das estratégias e reforçam a face mais impiedosa do desenvolvimento agrícola: a pobreza rural.

Por fim, é importante registrar que as situações de vulnerabilidade social caracterizadora das famílias rurais investigadas também resultam das dificuldades de obtenção de economias de escala. Esses ganhos em produtividade, especialmente da terra, são impossibilitados pelas carências tecnológicas e pelos limites impostos pelo reduzido tamanho das propriedades rurais, fundamentalmente as que se dedicam à produção de commodity agrícola, como é o caso da soja e do milho. Tais estratégias produtivas, quando associadas às dinâmicas regionais de desenvolvimento, acabam por limitar – sem impedir totalmente – a possibilidade de construção de estratégias alternativas, sejam individuais ou coletivas e de fortalecimento dos processos de tomada de decisão por parte dos agricultores.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio financeiro recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no âmbito do projeto *Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade*, desenvolvido entre a UFRGS, por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) mediante o Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PPGA). Da mesma forma, registram agradecimentos aos pareceristas pelas valiosas contribuições.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec, Unicamp, 1992.
- ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1977.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Sober, 2002. 1 CD-ROM.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. (Texto para Discussão, 621). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2006.

CARINI, J. J. **Estado, índios e colonos**: o conflito na reserva indígena de Serrinha, norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai, RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. Porto Alegre: PGDR-UFRGS, 2004. (Dissertação de Mestrado).

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Porto Alegre**. Disponível: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 13 jun. 2005.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai, RS. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, DF, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1970 a 1995**. Rio de Janeiro, 1970-1995.

JARDIM, M. de L.; BARCELLOS, T. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2., 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEE: PUC-RS, 2004. 1 CD-ROM.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul**. Trabalho apresentado no I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2005. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR - Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – Gepad. Não publicado.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LLAMBI, L. La economía política del campesinado: apuntes para una nueva agenda teórica y de investigación. **Estudios Rurales Latinoamericanos**, Bogotá, v. 13, n. 3, 1990.

MARSDEN, T. **The condition of rural sustainability**. Assen: Van Gorcum, 2003.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 157 p.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultura, 1985. v. 1, t. 1-2, cap. 2. (Série Os economistas).

- NAVARRO, Z. **Do 'mundo da roça' ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil.** Brasília, DF: Nead, 2002. Relatório de pesquisa.
- NASCIMENTO, J. A. M. **Muita terra para pouco índio: ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha.** Porto Alegre: IFCH-PUCRS, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- PEBAYLE, R. **Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul.** Lille: Université de Lille III, 1974.
- PIRAN, N. **Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai.** Erechim: Edfapes, 2001. 192 p. (Pensamento Acadêmico, 11).
- ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.
- RÜCKERT, A. **As metamorfoses do território: a agricultura de trigo-soja no Planalto Médio Riograndense, 1930-1990.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- RÜCKERT, A. A.; GOMES, L. F. R.; BOSA, L. B.; RAIMONDI, E. **A construção do território na região de Ronda Alta: ocupação e colonização: 1831-1996.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ronda Alta: Editora da UFRGS, 1999. (Caderno de Ensino).
- SACCO dos ANJOS, F. **A Agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba, SC.** Pelotas: Edufpel, 1995.
- SACCO dos ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil.** Pelotas: Edufpel, 2003.
- SACCO dos ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, E. P. **Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., Cuiabá, 2004. Dinâmicas setoriais e desenvolvimento regional: anais...** Cuiabá: Sober: UERJ: UFMT: Embrapa Florestas: Embrapa Gado de Leite, 2004. 1 CD-ROM.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.** 1994. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Unicamp, Campinas.
- SCHNEIDER, S.; SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no rio grande do sul: a emergência de uma nova.** Pelotas: Edufpel, 2003. Projeto de pesquisa, relatório final.
- SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. **Caracterização Socioeconômica dos Municípios Gaúchos e Desigualdades Regionais. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, DF, v. 39, n. 3, 2001.**
- VALVERDE, O. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira.** Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1985.

VAN DER PLOEG, J. D. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder: Westview, 1990.

VAN DER PLOEG, J. D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. (Ed.). **Ecología, campesinado y historia**. Madri: Las Ediciones de la Piqueta, 1992

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

WAIBEL, L. Princípios de colonização européia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2., p. 159-222, 1949.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org). **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 21-56.